

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: DESP

Class.: Projetos de Colonização

Data: 10/02/79

Pg.: 17 34

IBDF quer reduzir a ocupação da AM

JOSÉ MARIA SANTANA

O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), Paulo Berutti, recomenda ao governo do general João Baptista Figueiredo o aumento de 50 para 80% do índice de preservação da floresta nativa, nos projetos de ocupação da Amazônia. Ao participar, em São Paulo, de sua última reunião como presidente do Instituto, Berutti explicou que o objetivo da recomendação é "evitar a situação atual, em que um proprietário de terras na Amazônia, com projeto aprovado pela Sudam e o IBDF, pode desmatar até metade de sua gleba".

A redução da densidade de ocupação da Amazônia — tema polêmico que marcou o final do mandato do atual presidente do IBDF, depois da anunciada, e desmentida oficialmente, abertura de "contratos de risco" para exploração da floresta — faz parte de um programa de seis itens que Berutti deixa à próxima administração federal, como contribuição a uma política florestal.

As sugestões foram pedidas ao ministro da Agricultura, Alysson Paulinelli, por seu sucessor, Delfim Neto, interessado em conhecer os problemas atuais do setor florestal e as soluções possíveis. Além de aconselhar taxa de ocupação de 20 por cento, no caso da Amazônia, Berutti defendeu a criação de 5 parques e 4 reservas biológicas na região amazônica, a formulação de uma política uniforme para exploração da floresta tropical, a ampliação das áreas de reflorestamento em todo o País, a obtenção de recursos extraordinários para resolver os problemas fundiários dos parques nacionais e reservas biológicas já implantados, e o preenchimento imediato de 3 mil cargos vagos do IBDF.

Estes são os seis itens do programa de prioridades elaborado por Paulo Berutti:

1. Estabelecer uma política global e única, a nível de governo federal, para equacionar e fixar formas de ocupação racional da Amazônia.

Segundo ele, não se pode dizer que haja posições antagônicas nas atividades exercidas na área, mas é um fato a presença de órgãos díspares, cada um adotando uma filosofia própria em relação aos recursos da região. Assim, o DNER estuda a implantação de estradas, que podem levar a desmatamentos. O INPA faz pesquisas, com objetivos definidos. A Sudam aprova projetos de desenvolvimento regional, obedecendo, talvez, a peculiaridades imediatistas. O Ministério das Minas e Energia constrói hidrelétricas e faz pesquisa mineralógica, seguindo orientação específica. O Inera promove a colonização, com seus próprios critérios. A Funai tem sua filosofia, e o IBDF também.

Há cinco ministérios atuando na região, com objetivos diferentes. A sugestão do IBDF é que o governo estabeleça uma diretriz única, adotada por todos os órgãos, e que se sobreponha às divergências técnicas regionais.

Berutti, entretanto, acha que esta política uniforme somente poderá ser estabelecida depois de se conhecerem os resultados do projeto de exploração da floresta amazônica, implantado pelo IBDF na região do Tapajós. "O projeto do instituto — explicou ele ontem — é muito cauteloso, no sentido de verificar, antes de mais nada, se aquele tipo de ocupação é válido ou não". Para ele, "não se pode permitir que se abram outras áreas sem analisar, primeiro, o que aconteceu nesta experiência piloto que, por sua vez, pode sofrer alterações à medida em que se desenvolve".

O Projeto Tapajós, com 160 mil hectares foi implantado em área de floresta nacional sob controle do IBDF. Pretende realizar experiências para desenvolver a chamada "floresta de rendimento".

2. Reformar e adequar a legislação referente às atividades que orientam o IBDF — o Código

Florestal e a Lei de Proteção à Fauna.

São leis recentes, em vigor há cerca de 15 anos, mas que, segundo o presidente do IBDF, exigem adaptações à atual fase do desenvolvimento do País. Uma das alterações sugeridas, no item do Código Florestal relacionado à Amazônia, diz respeito à sua taxa de ocupação, "um dos pontos nevrálgicos do problema". Berutti sugere elevar o índice de preservação de 50 para 80%, autorizando-se o desmatamento de apenas 20% das glebas.

"Seria importante também — observou — incentivar a iniciativa privada e explorar racionalmente suas terras". Para ele, devem ser encontradas alternativas de ocupação, além das tradicionais, que sempre representam corte das árvores, para a formação de pastagens e lavouras.

3. Criar imediatamente pelo menos 5 parques nacionais e 4 reservas biológicas na Amazônia, para garantir a preservação de seus ecossistemas.

Atualmente, há, na região, apenas um parque nacional, no rio Tapajós, com um milhão de hectares. A Amazônia tem 280 milhões de hectares de floresta tropical densa, mas muitos problemas fundiários. Os novos parques seriam criados para evitar qualquer espécie de desaparecimento de espécies próprias de determinadas partes da floresta, porque dentro delas não se permite sequer a construção de estradas.

O IBDF já desenvolve estudos preliminares para a localização dos parques e reservas biológicas sugeridos para a região Norte do País. A área estimada para cada um varia de 5 a 20 milhões de hectares. Os assessores de Berutti desmentem que a recomendação, de se criarem estas novas reservas, esteja ligada à possibilidade de serem abertas, de imediato, áreas para exploração intensiva da madeira.

4. Ampliar a política de reflorestamento no País, favorecendo o plantio anual de pelo menos 400 mil hectares, com incentivos do governo, por meio do Fundo de Investimento Setorial-Reflorestamento (Fiset).

Hoje, as áreas replantadas mal chegam a 300 mil hectares. Na opinião do presidente do IBDF, o aumento evitaria que setores como as siderúrgicas, que dependem de carvão vegetal para produzir aços finos, ou as empresas que vivem do processamento da madeira (por exemplo, na fabricação de papel e celulose) tenham que recorrer às florestas remanescentes.

5. Obter recursos extraordinários da ordem de 2 bilhões de cruzeiros para resolver os problemas fundiários de 13 dos 18 parques nacionais e das 6 reservas biológicas sob jurisdição do IBDF.

Desde o início de sua implantação, em 1941, os parques têm problemas fundiários, representados pela presença de posseiros e famílias que se instalaram nas reservas. Por necessidade de sua própria sobrevivência, essas pessoas acabam destruindo espécies que deveriam ser preservadas, por terem já desaparecido em outros locais do País. Berutti faz referência a "recursos extraordinários", porque a verba orçamentária do IBDF, de apenas 600 milhões de cruzeiros, é insuficiente para solucionar este aspecto específico.

6. Preencher, de imediato, pelo menos 3.500 vagas não ocupadas do IBDF, referentes à fiscalização e ao pessoal técnico.

O quadro de funcionários permanentes do instituto gira em torno de 8 mil pessoas. Mas apenas 3 mil vagas estão ocupadas, atendendo a todo o Brasil. Como os cargos precisam ser preenchidos por concurso público (o IBDF é uma autarquia federal) Berutti sugere que isto seja feito urgentemente pelo DASP. Das 5 mil vagas ociosas, pelo menos 3.500 ligam-se à fiscalização (guardas florestais) e ao pessoal técnico (engenheiros agrônomos e florestais, biólogos, advogados e outros). As demais, de menor necessidade se comparadas às primeiras, são de funções administrativas.